Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB

É POSSÍVEL A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

VALCILEI CORREA

ORIENTADORA: VALÍCIA FERREIRA GOMES

BRASÍLIA, 2011

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

VALCILEI CORRÊA

É POSSÍVEL A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB

Orientador(a): Valícia Ferreira Gomes

Brasília, 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

VALCILEI CORREA

É POSSÍVEL A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

_____

VALÍCIA FERREIRA GOMES (Orientador)

_____

LÍLIAN MEIRE OLIVEIRA PINTO (Examinador)

VALCILEI CORREA (CURSISTA)

BRASÌLIA / 2011

DEDICATÓRIA

DEDICO ESTE ESTUDO A TODOS OS PROFISSIONAIS, PRINCIPALMENTE DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, QUE LUTAM POR UMA SOCIEDADE INCLUSIVA, NA QUAL O RESPEITO AO OUTRO SEJA O ALICERCE DA CONVIVÊNCIA HUMANA.

AGRADECIMENTOS

A PALAVRA AGRADECIMENTO É POUCO PARA EXPRESSAR O TAMANHO DA GRATIDÃO, QUE TENHO POR TODOS QUE CONTRIBUÍRAM, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, NA REALIZAÇÃO DESTE TRABALHO.

AGRADEÇO A DEUS POR ESTAR AO MEU LADO GUIANDO-ME DURANTE TODO O ESTUDO.

AOS MEUS FAMILIARES QUE ESTIVERAM PRESENTES NESTE MOMENTO TÃO IMPORTANTE DE MINHA VIDA, COLABORANDO COM PALAVRAS DE ENTUSIASMO, INCENTIVO E APOIO.

AOS EDUCADORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL QUE COLABORARAM COM ESTA PESQUISA, EXPONDO SEUS CONHECIMENTOS E OPINIÕES.

AGRADEÇO A ORIENTADORA VALÍCIA FERREIRA GOMES QUE COM PACIÊNCIA E DEDICAÇÃO ORIENTOU-ME NA ELABORAÇÃO CRITERIOSA DO MESMO.

Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza.

Boaventura de Souza Santos

RESUMO

A Inclusão de crianças com deficiências está ocorrendo de forma crescente nos estabelecimentos de ensino, sendo visível que estes precisam passar por reformulações desde a estrutura física e pedagógica, qualificação e formação continuada dos profissionais envolvidos no processo inclusivo até a real efetivação das políticas públicas uma vez que a legislação é clara em relação aos direitos das pessoas com deficiência, garantindo a conquista de seu espaço na sociedade. Nota-se que para isso é premente despertar a consciência de todos os cidadãos e dos diversos segmentos da sociedade. Nesse sentido, tornam-se importantes estudos que proporcionem reflexões e mudanças que resultem na real inclusão escolar. Foi utilizada metodologia qualitativa e aplicou-se um questionário às professoras e auxiliares de educação de um centro de educação infantil localizado em Sorocaba/SP, com o objetivo de conhecer as concepções sobre educação inclusiva e analisar de que forma a inclusão escolar vem sendo realizada. Por fim, constatou-se que as escolas e os profissionais da educação ainda não estão preparados de forma satisfatória para promover a inclusão, o atendimento educacional está aquém do esperado e desejado, necessitando com premência entre outras ações, a adaptação da estruturas físicas e pedagógicas das escolas, qualificação profissional, novos currículos e uma participação ativa da família e comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO, EDUCAÇÃO, LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.

SUMÁRIO

RESUMO

APRESENTAÇÃO..... 09

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....11

Capítulo1- Breve histórico sobre Educação Infantil.....11

Capítulo 2 - A Inclusão Escolar e seu contexto histórico.....13

Capítulo 3 - Legislações pertinentes..... 15

Capítulo 4 - Perspectivas sobre o processo inclusivo na Educação Infantil..... 18

II. OBJETIVOS..... 20

III. METODOLOGIA..... 21

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 24

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 33

REFERÊNCIAS.....35

APÊNDICE

A - Questionário 38

ANEXO

A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - A. (Fig.1a) Formação Profissional Professoras 24

B. (Fig.1b) Formação Profissional Auxiliares de Educação 24

Gráfico 2 - (Fig. 2) Sua Formação profissional lhe proporciona uma boa atuação junto às crianças com deficiência? 25

Gráfico 3 - (Fig.3) Você conhece os direitos da criança com deficiência? 26

Gráfico 4 – (Fig.4) Você conhece a legislação em vigor que trata da inclusão de crianças com deficiência? 27

Gráfico 5 - (Fig.5) As crianças com deficiência têm atendimento clínico em horário oposto ao da escola? 28

Gráfico 6 - (Fig. 6) A escola dispõe de espaços adequados que são voltados para a inclusão dessas crianças? 29

Gráfico 7 - (Fig.7) A escola é receptiva em relação aos alunos com deficiência? 31

Gráfico 8 - (Fig.8) Há uma parceria entre escola e família para um bom atendimento dessas crianças? 31

Gráfico 9 - (Fig.9) A escola dispõe de suporte para o bom atendimento de crianças com deficiência? 29

APRESENTAÇÃO

A Inclusão de crianças com deficiências é na atualidade um tema bastante discutido. Através deste estudo pretende-se aprofundar o conhecimento sobre o tema, possibilitando reflexões que permitam mudanças na prática cotidiana principalmente no ambiente escolar.

Primeiramente é apresentado um breve relato sobre a história da Educação Infantil e da Inclusão Escolar. São delineados os princípios preconizados pelas legislações inclusivas, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil 1998 e a Declaração de Salamanca de 1994.

O setor da Educação tem grande relevância para uma sociedade ser inclusiva, sendo os educadores através de seus conhecimentos teórico-práticos primordiais para essa conquista. Através deste estudo, objetivou-se reunir e analisar as concepções sobre Educação Inclusiva dos educadores do Centro de Educação Infantil “Recanto da Infância”, dados que fazem parte do contexto histórico-sócio-cultural da Educação, que permite refletir sobre o processo inclusivo na Educação Infantil.

Assim, foi utilizada metodologia qualitativa, a qual se desenvolveu pela observação direta das atividades desenvolvidas no âmbito escolar e aplicação de questionários de maneira a averiguar as concepções dos educadores em relação à inclusão de crianças com deficiências. Essa abordagem proporcionou ao pesquisador um contato mais direto com seu objeto de estudo, porém sem influenciá-lo, de maneira a obter uma visão global do contexto, o qual o pesquisador deve manter uma visão subjetiva quanto participante e objetiva como observador para compreender melhor as manifestações que ali se desencadeiam (LUDKE, 2005).

Foi utilizada como métodos qualitativos, devido a sua crescente aplicação em pesquisas na área educacional, em que o estudo demonstrou claramente que o processo foi dinâmico, de mudança constante, próprio de um contexto histórico sócio cultural.

O Centro de Educação Infantil em questão é formado por três Professoras formadas em Pedagogia, sendo uma delas especialista em Didática do Ensino Especial e dezessete Auxiliares de Educação que atuam como educadores diretamente com as crianças, sendo que dois são formados em Pedagogia, um em Ciências Biológicas, um em Letras, um em Ciências Contábeis, seis no antigo Magistério, cinco estão cursando Pedagogia e um possui Ensino Médio (Fig.1a e Fig.1b).

As Professoras desempenham suas atividades junto às crianças com faixa etária de três anos e são auxiliadas por dois auxiliares. Com relação à faixa etária que corresponde aos 4 meses a 2 anos e 12 meses incompletos são atendidos exclusivamente pelos Auxiliares de Educação.

Para obter uma visão global é necessário estudar o contexto, pois segundo Ludke (2005) para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorre a problemática a que estão ligadas.

Para coleta de dados foi aplicado questionário aos dezessete Auxiliares de Educação e três Professoras (Apêndice A).

Através da análise dos dados foi constatado que, na prática há a necessidade de adaptações concretas na escola, compreendendo a individualidade das crianças, apoiando os profissionais da comunidade escolar, quebrando paradigmas e abrindo-se para o diferente, conscientizando-se do multiculturalismo presente em nossa sociedade garantindo que esta seja mais humana, digna e tolerante. Entretanto, todos precisam refletir e mudar.

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Capítulo 1 - Breve Histórico sobre a Educação Infantil

A Educação Infantil, considerada a primeira etapa da educação básica, é extremamente importante ao processo educacional, sendo irresponsável o seu descaso ou a insuficiente atenção nesta etapa considerada como a base da educação de todos os indivíduos.

A creche oferece atendimento às crianças com faixa etária entre 0 e 3 anos e a pré – escola é responsável pelo atendimento da faixa etária entre 4 e 6 anos, ambas possuem o mesmo objetivo, que é o desenvolvimento integral das áreas relacionadas a personalidade humana, além do cuidado de seu corpo, alimentação, saúde, higiene, crescimento, desenvolvimento motor e físico.

Entre os motivos que modificaram a infância foram às transformações ocorridas com o papel da mulher. A mãe tinha um papel principal na educação durante a infância, porém passou a integrar o mercado de trabalho, e "muitas vezes por necessidade e não por opção, a educação infantil passa para uma esfera coletiva, sendo de responsabilidade não apenas da família, mas também do Estado" (MENDONÇA, 2003, p. 280).

Complementa Arroyo (1994, p. 89) ao explicar que

> o trabalho feminino, seja por necessidade, seja por opção, traz como conseqüência a necessidade de tornar coletivo o cuidado e a Educação da criança pequena. Surge, portanto, a Infância como categoria social, não mais como categoria familiar. A reprodução da infância deixa de ser uma atribuição exclusiva da mulher, no âmbito privado da família. É a sociedade que tem que cuidar da infância. É o Estado que, complementando a família, tem que cuidar da infância.

Caberia a instituições de Educação Infantil substituir a mãe cuidando da saúde, da higiene e da alimentação. Sendo importantes no cuidado às crianças, proteção e carinho. O educar está vinculado ao cuidar, pois o ato de pentear o cabelo, dar banho, vestir a criança são gestos de comunicação humana, no qual geram trocas de sentimentos, desenvolvendo a auto imagem da criança, sua personalidade. A conversa do adulto junto a criança promove o desenvolvimento da linguagem, a qual internaliza ações de dizer como ela está, como os outros estão, o que sentem, expressando tudo o que está a sua volta através da linguagem.

O processo do cuidar e do ensino aprendizagem, quando ocorre de maneira harmoniosa, há um processo prazeroso em relação a quem cuida e quem é cuidado, quem ensina e quem aprende. A identidade da criança está sendo formada com atividades rotineiras como a alimentação, sendo, por exemplo, a cultura de um povo transmitido nessa prática social.

As atividades de cuidado e educação de crianças desencadeiam o cultivo da identidade familiar, do gênero, da raça, as quais em situações que promovem o conhecimento de sua história familiar e individual reconhecem e respeitam as diferenças próprias e alheias.

A atividade infantil muitas vezes se dá pelo processo das pedagogias culturais, as quais são modos de educação que ocorrem numa sociedade de locais sociais, incluindo a escola e aqueles onde o poder se organiza e se exercita como bibliotecas, filmes, revistas, jornais, TVs, brinquedos, videogames, livros, esportes, etc (STEINBERG, 1997, p.102). A diferença, a diversidade e as subjetividades tendem a ser naturalizadas, entretanto as diferenças precisam ser compreendidas e analisadas para além da tolerância com a pluralidade, das diferenças culturais, raciais e de gênero.

Machado (1991) analisa que a pré-escola deve treinar a criança a se adequar ao convívio social e desenvolver uma série de habilidades visando um melhor desempenho escolar futuro. Além de garantir os cuidados à saúde e higiene das crianças, fundamental nessa fase da vida, preserva o brincar como principal manifestação da infância e assegurando as aquisições cognitivas básicas, propiciando ainda, condições para o desenvolvimento global e harmonioso da personalidade. A criança que não freqüenta a pré-escola tem seu desenvolvimento empobrecido.

Desta forma, as múltiplas subjetividades que são apresentadas pela mídia, escola e famílias produzem efeitos na constituição do sujeito- infantil, demonstrando preconceito em dadas situações e em outras se mostram solidárias, atenciosas, configurando a importância do educar pela família, escola e sociedade, ou seja, que todos os espaços sejam educativos, respeitando o multiculturalismo e promovendo cidadania.

Capítulo 2- A Inclusão escolar e seu contexto histórico

Segundo Werneck (1999, p. 196) para entender a escola inclusiva, é necessário esquecer quase tudo que se conhece a respeito de ensino no país. É um sistema educacional inteiramente oposto do qual existe; nele farão parte TODOS os alunos, tendo garantida e dignificada sua individualidade. “Incluir é estar dentro, incondicionalmente”.

Os olhares sobre a Inclusão Escolar devem se iniciar na Educação Infantil, visto que ela é a primeira etapa da educação básica, em que se desenvolvem competências e habilidades necessárias para as próximas etapas do seu desenvolvimento.

Segundo a Resolução CNE/CEB n.2, de 11 de Setembro de 2001 em seu artigo 1º relata que o atendimento escolar aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ocorrer a partir da educação infantil em extrema parceria com a família e comunidade para que ocorra o real atendimento das necessidades educacionais dessas crianças, lhe proporcionando uma educação de qualidade.

De acordo com Sassaki (1997), por volta de 1985, começou o movimento pela Inclusão em países desenvolvidos e mais ou menos em 1990, os países em desenvolvimento passaram a aderir ao movimento. Só a partir do século XXI é que passou a se configurar em todos os países.

Esse processo passa por quatro fases distintas, em que a primeira delas é conhecida como “fase da exclusão”, a qual todas as pessoas com algum tipo de deficiência não tinham acesso à educação. Na Idade Média, a Igreja atribuía as anormalidades a causas sobrenaturais.

No século XVII, os deficientes mentais eram segregados, os quais ficavam em orfanatos e manicômios, sendo que fim do século XVIII e começo do século XIX, é que começaram aparecer às instituições especializadas que atendiam pessoas com necessidades educativas especiais, onde se pode configurar o início da Educação Especial.

Já no século XX, a segunda fase, conhecida como a de segregação, começa a tomar forma devido às grandes instituições que formavam classes de alfabetização (SASSAKI, 1998). A partir desse momento, as escolas especiais começaram a

crescer demasiadamente, as quais passaram a dividir o atendimento por deficiências, como cegos, surdos, deficientes mentais, etc.

Desta maneira, surgiram dois subsistemas de educação, os quais tinham seus programas, técnicos e especialistas, constituindo a educação especial e a educação comum, as quais não possuíam ligação entre si.

Na terceira fase, por volta da metade do século XX, a pessoa com necessidades especiais passa a ter acesso às escolas regulares, porém precisava se adaptar ao sistema, onde esta fase ficou conhecida como integração. Esta fase se caracterizou pela filosofia de que as escolas ao aceitarem crianças ou adolescentes deficientes nas classes comuns já era o suficiente, visto que estes é que precisavam se adaptar ao contexto escolar (SASSAKI, 1997; 1998).

E a quarta fase, a de Inclusão, começou a ocorrer por volta de 1980, com o aumento do número de alunos com necessidades educacionais especiais passarem a ser atendidos na rede regular de ensino. Segundo Sassaki (2005, p. 25):

> O processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção a barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas.

Para promover a Inclusão tornam-se necessárias mudanças tanto nas estruturas e nas atitudes quanto nas práticas em relação aos grupos anteriormente excluídos, para que todos possam ter igualdade de oportunidades e condições. Deve-se garantir a acessibilidade física, comunicacional, instrumental, tecnológica possibilitando superar as limitações iniciais.

Pacheco (2008, p.06-07) argumenta que

> a ‘diferença` é normal, não é deficiente. A sociedade é formada por identidades plurais, particularidades, especificidades. Anormal é pautar o trabalho escolar pela igualdade. Deficientes são as práticas escolares que se baseiam no pressuposto de que somos todos iguais, que tornam homogêneo o que é diverso, mascarando as diferenças.

É fundamental o papel da escola e do educador para alcançar a sociedade inclusiva, pois estes são os responsáveis em transformar crianças em adultos críticos que formarão esta sociedade.

Capítulo 3 - Legislações pertinentes

A Educação Infantil passa a ter um olhar diferenciado a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de Dezembro de 1996, a qual relata na seção II, capítulo II da Educação Básica:

> Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
> Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré–escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.
> Art. 31 Na educação infantil a avaliação far–se–á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LEI DE DIRETRIZES E BASES, 1996)

Conforme o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p.23), educar significa

> Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das suas capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Em relação ao cuidar, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p. 25) informa que

> a base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.

A escola é um dos principais ambientes extrafamiliares que as crianças iniciam a socialização, o compartilhamento do conhecimento e a alfabetização, por isso torna-se relevante a Inclusão no ensino regular. Porém, a trajetória da Inclusão, não foi tão simples, pois as crianças com deficiências eram tratadas como doentes que necessitavam somente de atendimento médico e não de atendimento educacional, tão essencial ao desenvolvimento psíquico, intelectual, físico e social.

Ao passar dos anos, foram criando-se leis que garantissem o direito da criança com deficiência à educação preferencialmente na escola regular, mas

somente na década de 80, com a nova Constituição é que se começou a caminhar para uma Educação Inclusiva, a qual estabelece a igualdade no acesso à escola e ao Estado o dever de dar atendimento especializado a essas crianças.

Com isso, as idéias de assistencialismo deixaram de ocupar espaço na década de1990 e ações voltadas para o processo de Inclusão começaram a ser implantadas. O Estatuto da Criança e Adolescente passa a obrigar os pais a matricularem seus filhos na rede regular de ensino, além de estabelecer em seu artigo 54, inciso III, a responsabilidade do Estado em assegurar atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Declaração Mundial de Educação para Todos, reforça o direito de todos terem acesso a escola e a Declaração de Salamanca define políticas, princípios e práticas da Educação Especial que passam a influenciar as políticas nacionais a adotarem os mesmos acordos internacionais, havendo assim, uma política educacional mais justa para todos, sobretudo para indivíduos com deficiência. (VEROTTI, 2009).

A partir da realização da Conferência Mundial de 1994, em Salamanca, na Espanha que tratou do processo de Inclusão Escolar, as escolas passaram a modificar seu atendimento em função daqueles que se encontravam excluídos do processo educacional. Segundo Werneck (2000, p.49):

> A inspiração para o encontro em Salamanca, na Espanha, foi reafirmar o direito de todas as pessoas à educação, conforme a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, e ainda ratificar o empenho da comunidade internacional em cumprir o estabelecido na Conferência Mundial sobre Educação para Todos. [...]
> A Declaração de Salamanca é conseqüência de todo esse processo, mas a autêntica base do que foi discutido na Espanha estava grifada nas diversas declarações das Nações Unidas que culminavam justamente no documento Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência. [...] De acordo com essas normas, os estados são obrigados a garantir que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educativo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 estabelece em seus artigos 58 e 59, a importância de ser ministrado o ensino em escolas regulares às pessoas com deficiência. Estabelece que sejam criados serviços de apoio especializado, além de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizacionais específicos para atender as peculiaridades dos alunos e a capacitação dos professores para o atendimento desses alunos em salas de ensino regular (THOMPSON, 2004).

Com isso, nota-se que este dispositivo assegura a organização das escolas regulares e especiais e confere que o poder público possa garantir seu funcionamento, levando-se em consideração as necessidades de crianças, jovens e adultos com algum tipo de deficiência.

No que diz respeito às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 11 de Setembro de 2001:

> Art.2°: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.
> Art.3°: Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Desta maneira, a Educação Especial, baseando-se em dispositivos legais, demonstra que sua organização é essencial nos diferentes níveis de escolarização, para um efetivo cumprimento social, a qual somente se consolidará com práticas pedagógicas centradas na sua totalidade perpassando pelas interfaces do ensino básico.

Visto que a Constituição Federal de 1988 preconiza em seu artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e inciso IV a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, sendo que no artigo 208, inciso III, relaciona os deveres do Estado para com a Educação, garantindo o atendimento especializado as pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

Portanto, as legislações norteiam princípios que buscam orientar às práticas pedagógicas, visando uma sociedade repleta de cidadãos que por meio de ações concretas irão enriquecer nossa nação.

Capítulo 4 - Perspectivas sobre o processo inclusivo na Educação Infantil

Para Mantoan apud Cavalcante (2005, p. 24) “uma sociedade justa e que dê oportunidade para todos, sem qualquer tipo de discriminação, começa na escola”. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.

Todos ganham com a convivência e com a experiência das diferenças, que é importante que todos saibam reconhecer e respeitar seu lugar no mundo e o lugar do outro. Dessa forma, aprende a ser responsável, tolerante e solidário.

Bergamo (2009, p.18-19) salienta que:

> As práticas inclusivas trazem um novo conceito, alicerçado no princípio de que a educação deve ser acessível a todos os alunos, independentemente de suas possibilidades e/ou limitações , atendendo, assim, às exigências de uma sociedade mais humana e solidária, que combate preconceitos e discriminações.

Fredericks in Pueschel (2002, p.184) comenta que:

> Se a educação tem a função de preparar crianças e jovens para atingir a qualidade de vida (...), deve ensinar certas habilidades fundamentais, incluindo-se aquelas que permitem que o aluno seja o mais independente possível depois de formado, bem como aquelas que promovem interação com todas as pessoas – com ou sem deficiências. (...) . A integração na escola regular oferece à pessoa portadora de deficiência a oportunidade de aprender a atuar no mundo.

De acordo com a legislação atual, a educação especial ganha um novo papel, constituindo-se como uma “proposta pedagógica que assegura recursos e serviços para apoiar, complementar, suplementar e/ou substituir serviços educacionais comuns.” (BERGAMO, 2009, p. 45)

Todo o apoio e recursos da educação especial devem estar disponíveis em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Cavalcante (2005, p. 43) defende que “hoje, a educação especial é entendida como a modalidade de ensino que tem como objetivo quebrar as barreiras que impedem a criança de exercer a sua cidadania”.

Quais crianças devem ser incluídas? Bem, muitos pensam que são as crianças com deficiência, seja ela intelectual, física ou sensorial, porém a escola

inclusiva deve receber a TODOS, sem distinção. Dentro das necessidades educacionais especiais,

> há crianças que têm dificuldades temporárias ou permanentes, que repetem de ano, sofrem exploração sexual, violência física ou emocional, são obrigadas a trabalhar, moram na rua ou longe da escola, vivem em extrema condição de pobreza, são desnutridas, vítimas de guerras ou conflitos armados, têm altas habilidades (superdotadas) e as que, por qualquer motivo, estão fora da escola (em atendimento hospitalar, por exemplo). Sem se esquecer daquelas que, mesmo na escola, são excluídas por cor, religião, peso, altura, aparência, modo de falar, vestir ou pensar(CAVALCANTE, 2006, p.12-13).

O ideal de escola inclusiva seria aquela que, sendo democrática e acolhedora, não permite discriminação assegurando uma educação de qualidade a todos, tendo características organizativas como flexibilidade, funcionalidade, participação de seus profissionais no planejamento educativo referente ao currículo e as estratégias para atender as necessidades educativas especiais.

II. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Conhecer as concepções sobre Educação Inclusiva dos educadores do Centro de Educação Infantil “Recanto da Infância” e analisar de que forma a Inclusão Escolar vem sendo realizada.

Objetivos Específicos

- Obter uma base de Fundamentação Teórica para auxiliar a compreensão da Educação Infantil e Inclusiva.
- Compreender o respaldo da Legislação sobre a temática abordada na pesquisa.
- Averiguar as concepções dos educadores em relação à Inclusão.
- Analisar de que forma ocorre a Inclusão na Educação Infantil na prática.

III. METODOLOGIA

3.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

Para um melhor entendimento do contexto histórico sócio cultural do Centro de Educação Infantil “Recanto da Infância”, foi utilizada metodologia qualitativa, que se desenvolveu pela observação direta das atividades desenvolvidas no âmbito escolar. Essa abordagem proporciona ao pesquisador um contato mais direto com seu objeto de estudo, porém sem influenciá-lo, de maneira a obter uma visão global do contexto, o qual o pesquisador deve manter uma visão subjetiva quanto participante e objetiva como observador para compreender melhor as manifestações que ali se desencadeiam (LUDKE, 2005).

Para coleta de dados foi aplicado questionário aos dezessete Auxiliares de Educação e três Professoras (Apêndice A). Torna-se importante analisar e sintetizar o significado que as pessoas dão as coisas e a vida, e como isso influencia na conduta com o diferente e na constituição da diversidade que se dá no processo educacional, principalmente no que tange ao educar/cuidar.

3.2 - Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realiza no Centro de Educação Infantil “Recanto da Infância”, localizado em Sorocaba que funciona de segunda a sexta-feira, no horário das 7h às 17h, sendo considerado de período integral, o qual atende crianças de quatro meses até três anos de idade. O Centro de Educação Infantil possui uma sala de Berçário, que atende crianças aproximadamente de 4 meses até 1 ano e 1 mês, uma sala de Creche I, que atende crianças de 1 ano e 2 meses até 2 anos, duas salas de Creche II que atendem crianças de 2 anos e 1 mês até 3 anos e três salas de Creche III que atendem crianças de 3 anos e 11 meses. As Professoras atuam junto com as crianças de 3 anos, acompanhadas de dois Auxiliares de Educação e as salas de Berçário até Creche II são atendidas exclusivamente pelos Auxiliares de Educação responsáveis pelo educar e cuidar dessas crianças.

3.3 - Participantes

Os participantes da pesquisa foram vinte educadores do Centro de Educação Infantil “Recanto da Infância”, sendo sua equipe pedagógica composta por três Professoras com licenciatura em Pedagogia, sendo uma delas especialista em Didática do Ensino Especial e dezessete Auxiliares de Educação, sendo que dois são formados em Pedagogia, um em Ciências Biológicas, um em Letras, um em Ciências Contábeis, seis no antigo Magistério, cinco estão cursando Pedagogia e um possui Ensino Médio (Fig. 1a e Fig.1b).

Os participantes se prontificaram a responder todas as questões após o conhecimento dos objetivos da pesquisa, pois vêem a necessidade tanto de ações voltadas ao aprimoramento dos serviços prestados e como na qualificação e formação para aqueles que lidam com o alicerce da educação.

3.4 - Materiais

Para realização desse trabalho foram utilizados papel sulfite, tinta para impressora para a elaboração dos questionários e caneta para o preenchimento das questões.

3.5 - Instrumentos de Construção de dados

Para averiguar as concepções dos educadores em relação à prática da Inclusão no ambiente escolar, foi utilizado questionário com nove questões (Apêndice A).

Com a utilização desse instrumento de pesquisa objetivou-se conhecer a formação acadêmica dos educadores, compreender os conhecimentos que os profissionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem possuem em relação às legislações vigentes que tratam das pessoas que possuem algum tipo de deficiência, verificar se os espaços e materiais são adequados às crianças com deficiência e observar a forma como os educadores lidam com a Inclusão, cada vez mais crescentes nas instituições de ensino.

3.6 Procedimentos de Construção de Dados

Devido à crescente discussão envolvendo a temática da Educação Inclusiva e a crescente demanda de crianças com deficiências em Centros de Educação Infantil julgou-se o assunto pertinente e necessário. Minha atuação junto a esse contexto escolar e a existência de legislações que amparam essas crianças fez emergir o interesse em analisar as concepções que os educadores tinham em relação à Inclusão, seus conhecimentos de legislações, estrutura física e pedagógica, principalmente no Centro de Educação Infantil que atuo e nas competências e habilidades de como lidar com situações em sala de aula que proporcionem a aprendizagem de TODOS os alunos.

3.7 Procedimentos de Análises de Dados

Foi elaborado um questionário para coletar dados significativos para análise do processo de inclusão com a finalidade de provar ou não a hipótese da pesquisa.

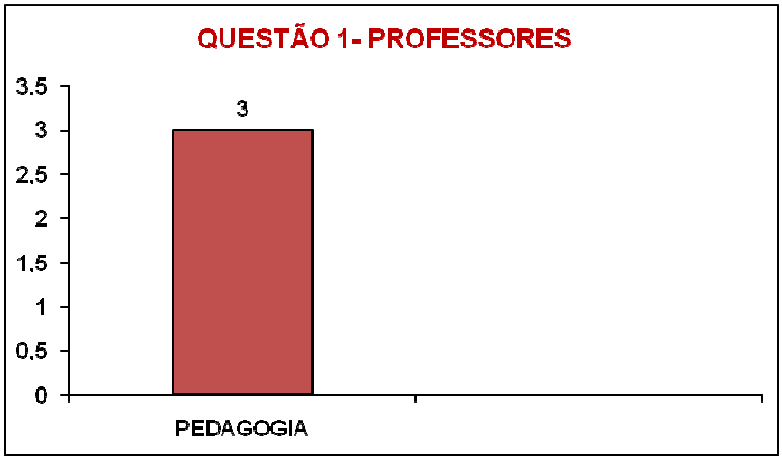
O questionário compõe-se de nove questões sendo a primeira questão aberta e as restantes com possibilidade de respostas fechadas alternando as opções em categorias pré-estabelecidas: sim, não e parcialmente, sim e não e, sempre, às vezes e nunca. Após a distribuição do questionário foi determinado um prazo para recolhimento dos mesmos. Houve a participação voluntária de todos os educadores convidados e, os questionários voltaram respondidos na totalidade com exceção da questão cinco na qual dois educadores não souberam responder.

Os resultados foram tabulados agrupando as respostas por categoria utilizando-se a planilha eletrônica do Excel, o uso dos gráficos favoreceu visualmente a observância dos resultados.

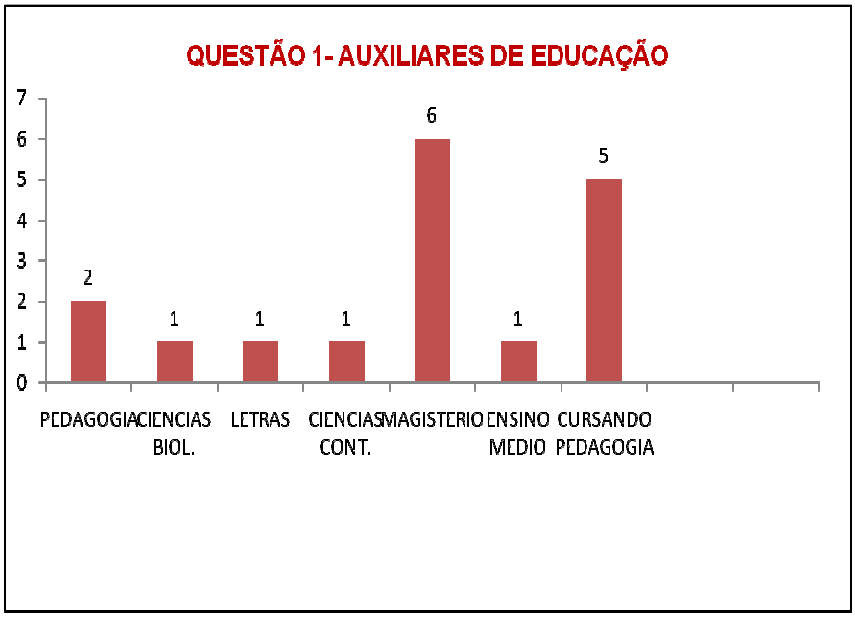
IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da tabulação e análise dos resultados do questionário aplicado às Professoras e aos Auxiliares de Educação, foi perceptível um despreparo como um todo por parte daqueles que estão envolvidos no processo inclusivo educacional.

A questão 1 (Fig.1a e 1b) refere-se a formação acadêmica e função que atua na unidade escolar.

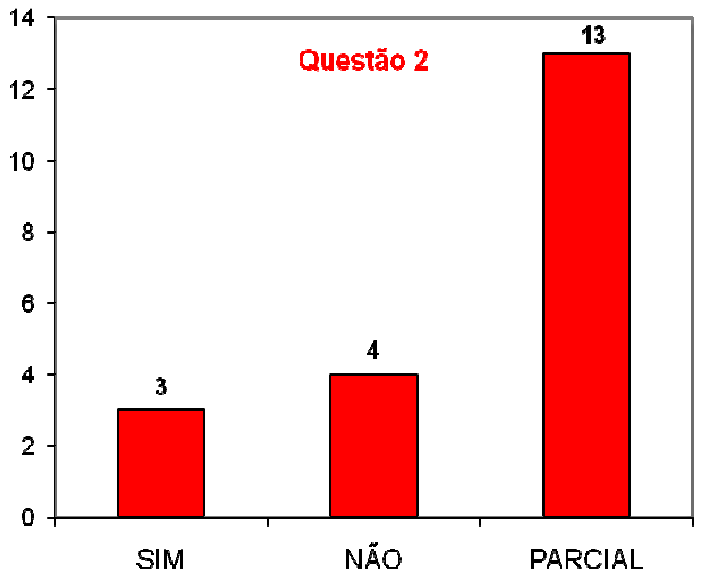


(Fig.1a) Formação Profissional Professoras



(Fig.1b) Formação Profissional Auxiliares de Educação.

Como consta na Questão 2 (Fig.2,) somente três educadores relataram que sua formação é suficiente para trabalhar com crianças com deficiência, sendo que os outros dezessete educadores relataram a necessidade de apropriação de conhecimentos, confirmando que a formação faz-se necessária, pois proporciona o conhecimento que garante uma postura crítica e reflexiva.

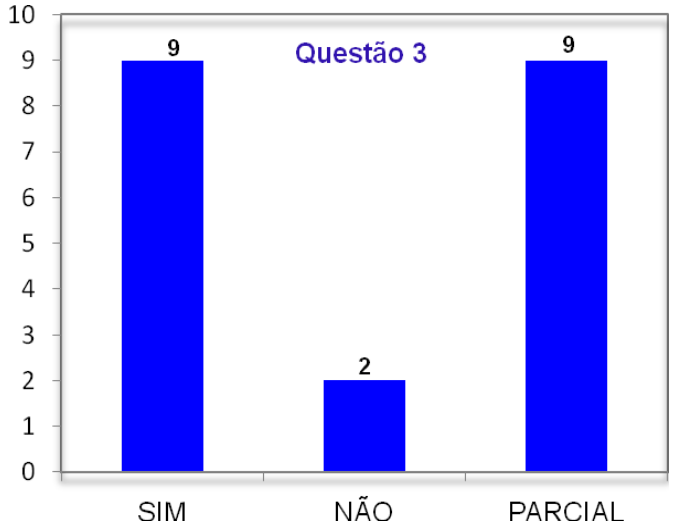


(Fig. 2) Sua Formação profissional lhe proporciona uma boa atuação junto às crianças com deficiência?

Desta maneira, os profissionais envolvidos nesse processo se posicionam de maneira responsável e autônoma, reivindicando uma educação justa e democrática. É necessário que haja uma mudança no processo estrutural, colocando-a como prioridade, visto que demanda tempo e apoio de diversas esferas, além do desejo do professor de transformação, realizando uma nova práxis. Paulo Freire (1996) nos transmite a concepção de que ensinar não se restringe apenas a simples transmissão de saberes prontos e cristalizados, mas sim, constitui um exercício constante de autonomia, liberdade e amor ao trabalho. Segundo Perrenoud (2002, p.13) a “autonomia e a responsabilidade de um profissional dependem de uma grande capacidade de refletir em e sobre sua ação. Essa capacidade está no âmago do desenvolvimento permanente, em função da experiência de competência e dos saberes profissionais”.

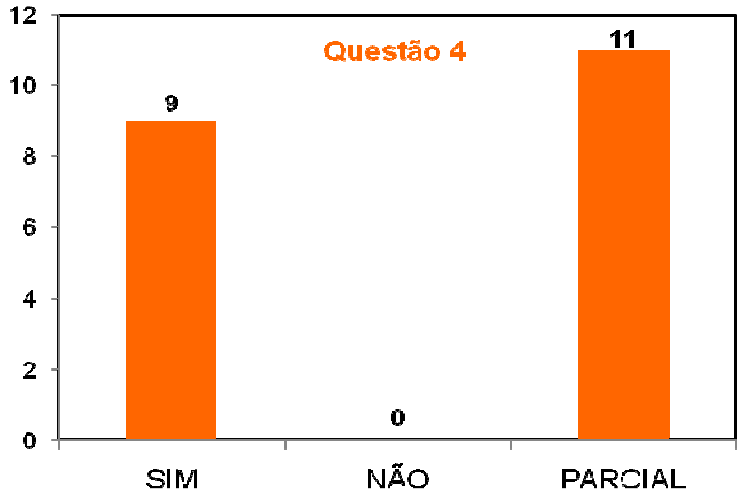
Quando se idealiza e se busca uma educação democrática, que visa minimizar a injustiça social, o professor deixa de ser somente um transmissor de conhecimentos e passa a desenvolver sua criatividade para superar situações únicas e incertas que aparecem no dia a dia em sala de aula, e por isso a necessidade da reflexão sobre a prática docente culminando em transformação e consolidação do conhecimento sobre si e o mundo que o cerca.

Com relação à questão 3 que trata do conhecimento sobre os direitos da criança com deficiências (Fig.3) nove educadores relataram terem conhecimento, nove relataram conhecerem parcialmente e dois relataram não conhecerem, ou seja, a falta de formação continuada e o desinteresse por informações relacionadas à inclusão fazem com que muitos tenham dificuldades com as situações adversas que se apresentam diariamente em sala de aula.



(Fig.3) Você conhece os direitos da criança com deficiência?

Em relação aos resultados sobre legislações da inclusão na educação básica, questão 4 (Fig.4) nove relataram terem conhecimento pleno e onze parcialmente, ou seja, as legislações inclusivas, como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) são conhecidas parcialmente pela maioria dos educadores, sendo estas de extrema importância para uma educação democrática, que busca garantir um ensino de qualidade e de acesso a todos.



(Fig.4) Você conhece a legislação em vigor que trata da inclusão de crianças com deficiência?

A Constituição Federal dispõe sobre a educação e a forma pela qual deve ser ministrada, "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art.205).

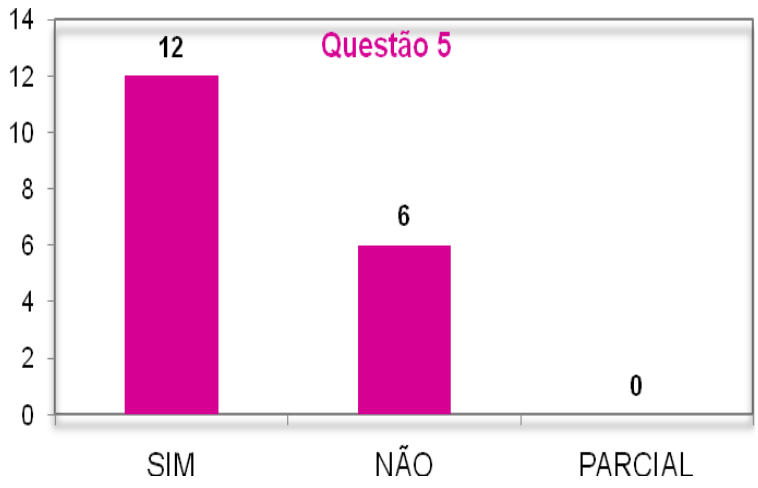
Com isso, é perceptível que a escola representa a primeira instituição social depois da família, a qual transmite conhecimentos e condutas idealizadas pela sociedade, formando opiniões e a consolidação de estereótipos, os quais devem ser lapidados para não formar uma sociedade excludente.

Assim sendo, em 1994, a Declaração de Salamanca, na Espanha promoveu um novo enfoque sobre o sistema educacional brasileiro, que por meio de emendas modificaram o texto constitucional e a política educacional que constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), no Plano Nacional de Educação (2001) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).

Contudo, o Censo Escolar realizado em 2002 demonstrou que o número de alunos com deficiência incluídos no ensino básico desde 1998 aumentou em aproximadamente 150%, porém a qualidade desta inclusão não é determinada e

com isso há um descompasso entre os resultados e as dificuldades que isso passa a gerar (FERREIRA e FERREIRA, 2004).

A questão 5 aborda se as crianças com deficiência recebiam atendimento clínico em horário oposto ao da escola (Fig.5), doze educadores responderam que sim, seis que não e dois não souberam responder.

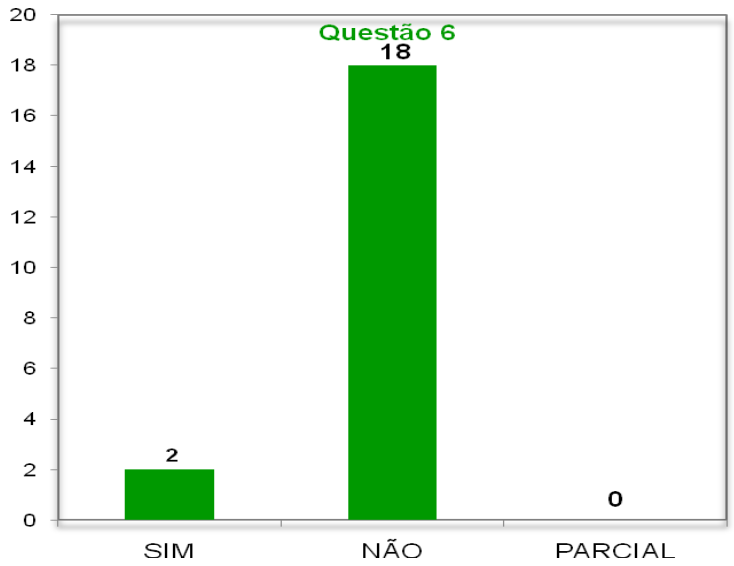


(Fig.5) As crianças com deficiência têm atendimento clinico em horário oposto ao da escola?

Esta questão mostra a importância dos educadores estarem atentos à criança como um todo, observando seu desenvolvimento psíquico, físico e social, para que em conjunto com a área da saúde desenvolvam-se meios de relacionamento e comunicação voltados à estimulação necessária, visto que muitas vezes, mesmo com a estimulação dos pais, escola regular e especial, por motivos de saúde, ainda assim essa criança demora a desenvolver-se.

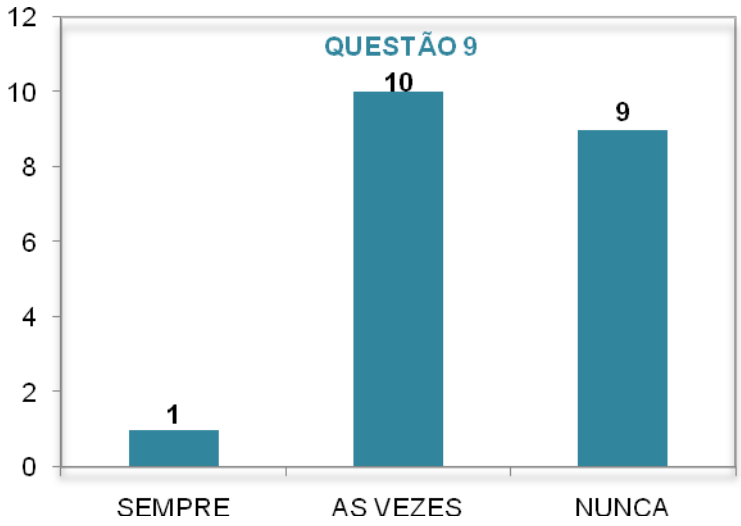
Entretanto, para a inclusão ser efetiva, deve se fazer presente os diversos segmentos da sociedade, principalmente a área da saúde e da Educação; a política de distribuição de verbas precisa ser reformulada juntamente com uma mudança de filosofia, para que esta nova diretriz seja realmente inclusiva (FILHO, 1999).

Em relação à questão 6 que trata dos espaços que a escola dispõe, sendo estes inclusivos ou não (Fig.6) dezoito educadores relataram que não são adequados para a inclusão e dois relataram que sim.



(Fig. 6) A escola dispõe de espaços adequados que são voltados para a inclusão dessas crianças?

Na questão 9 (Fig. 9) , no entanto quando questionados se a escola dispõe de suporte material e pedagógico, para o bom atendimento dessas crianças, dez educadores relataram que às vezes dispõe, nove educadores relataram que não há suporte e apenas um educador relatou que a escola sempre dispõe de suporte.



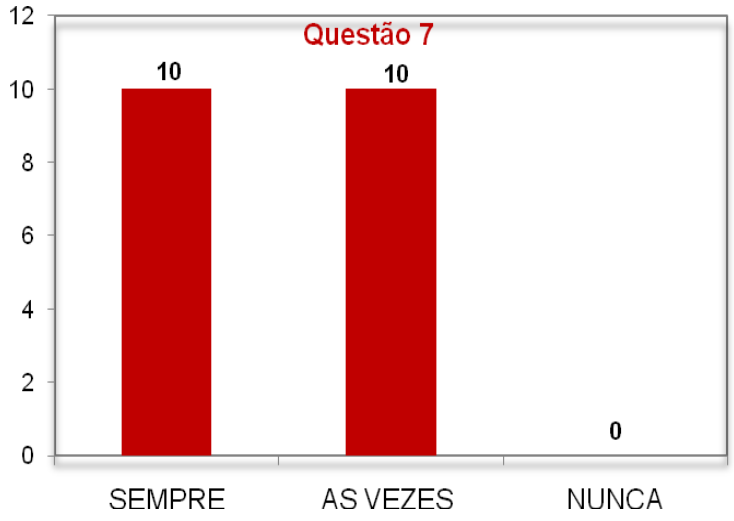
(Fig.9) A escola dispõe de suporte para o bom atendimento de crianças com deficiência?

Percebeu-se que a escola não está preparada para a inclusão de alunos com deficiência e necessita passar por reformulações e reestruturações, desde adaptações curriculares, redução do número de alunos em sala, professores qualificados/preparados e professores especialistas para a efetivação de condições necessárias para que a Inclusão aconteça. Segundo Mantoan (1997) a inclusão tem por objetivo não deixar ninguém fora do ensino básico e com isso questiona as políticas relacionadas à educação especial e regular.

A Escola Inclusiva é aquela que valoriza a diversidade que ocorre naquele dado contexto, específico de cada aluno, ou seja, é a inclusão de todos, independentemente de classe econômica ou cultural, deficiência, talento, de maneira que todas as necessidades dos alunos sejam atendidas (STAINBACK; STAINBACK, 1999; MANTOAN, 2003).

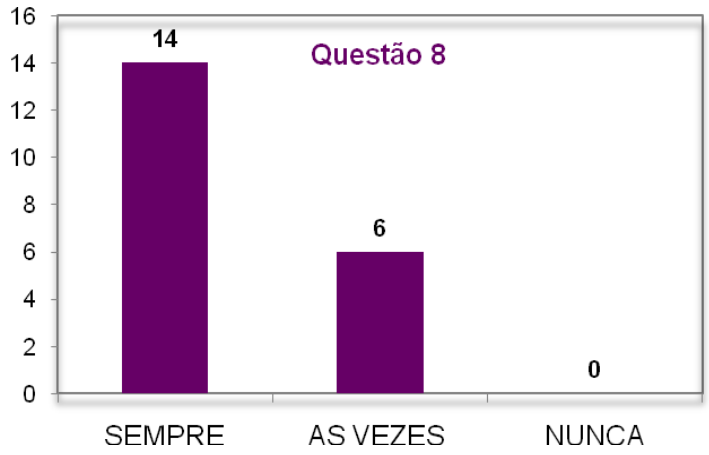
Segundo Angellucci (2002) um fenômeno bastante real que ocorre no Brasil, afetando crianças e jovens que não tem acesso à escola, e aqueles que freqüentam, é não se beneficiarem da educação oferecida, visto da qualidade desta estar muito aquém da desejada, caracterizando a exclusão escolar. Os quais saem da escola mal sabendo ler e escrever, além do modelo econômico vigente, o qual fomenta a exclusão social de uma maioria da sociedade, os quais não conseguem exercer seus direitos sociais básicos em virtude de políticas excludentes.

A questão 7, aborda se a escola é receptiva aos alunos com deficiência (Fig.7) dez relataram que sempre são receptivos e dez relataram que às vezes são receptivos, ou seja, notamos que metade dos educadores procuram atender as crianças da melhor maneira, enquanto dez demonstram receio em recebê-los, em como lidar com a deficiência.



(Fig.7) A escola é receptiva em relação aos alunos com deficiência?

Contudo, quando questionados quanto a parceria que existe entre escola e família, para um bom atendimento dessas crianças, questão 8 (Fig.8), quatorze educadores relataram que às vezes há uma parceria e seis educadores relataram que sempre há esta parceria. Sendo assim depara-se com um modelo integrativo, o qual a escola aceita receber pessoas com deficiência, porém desde que elas sejam capazes de se adaptar aos procedimentos tradicionais, superar os obstáculos existentes que o meio físico oferece, além dos preconceitos e estigmas que a sociedade proporciona (SASSAKI, 1997).



(Fig.8) Há uma parceria entre escola e família para um bom atendimento dessas crianças?

Segundo Mantoan (1997, p.11), “na inclusão o vocábulo integração é abandonado, pois o objetivo é incluir aqueles que anteriormente foram excluídos”.

Para Werneck (2000), a criança entrará na escola, na turma comum do ensino regular, e lá ficará. Caberá à escola encontrar respostas educativas para as necessidades específicas de cada aluno, quaisquer que sejam elas.

Na busca de uma Inclusão Escolar que seja promovida de maneira harmoniosa, todos precisam desenvolver parcerias para o desenvolvimento da nação, a começar pela parceria entre escola e família, para que alunos se enriqueçam no convívio com o diferente e com isso desenvolvam-se uns com outros e passem a conquistar atitudes, valores e habilidades imprescindíveis para uma sociedade formada e inclusa por cidadãos (ROCHA e MARQUESINI, 2002).

Os profissionais precisam passar por formações continuadas para agregar novos conhecimentos alterando seus valores e atitudes para resgatar o entrelaçamento entre família e escola, assim criando situações de confiança e consequentemente troca de informações e a desmistificação de mitos que cercam muitas comunidades. Comumente, alguns profissionais da educação tem como paradigma que às crianças com deficiências irão atrapalhar às outras em seu desenvolvimento, desencadeando barreiras na relação com estas.

Por fim, constatou-se que os educadores não estão preparados com essa demanda crescente de matrículas que estão sendo realizadas no sistema de ensino, atentando-se para o fato de que a Inclusão está aquém da desejada, exigindo investimentos na área da educação, como readaptação das escolas, em termos de estrutura física e pedagógica, qualificação profissional, formações continuadas, novos currículos e uma participação ativa da família e comunidade.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão Escolar vem garantir na sociedade inclusiva que as pessoas com algum tipo de deficiência tenham seus direitos garantidos e que a escola regular promova o desenvolvimento de suas potencialidades.

Essa Inclusão deve estar presente desde a Educação Infantil devido as suas especificidades sendo o primeiro contato da criança com a aprendizagem. Na Educação Infantil a criança aprende entre outras coisas, o respeito aos seus pares proporcionando desde a infância o respeito à diversidade nas relações.

Constatou-se que as legislações pertinentes dão respaldo as pessoas com deficiência e zelam por garantir o direito de acesso e permanência na escola regular, primando por uma educação de qualidade para TODOS.

Através da análise de dados da pesquisa de campo verificou-se que, infelizmente, a oferta de uma educação de qualidade para crianças com deficiência esta aquém do necessário e esperado; a criança está matriculada na escola, porém ainda são distantes as práticas pedagógicas, os suporte materiais e as infraestuturas que garantam a sua acessibilidade e real inclusão.

Os profissionais participantes da pesquisa mostraram-se conscientes sobre a importância da Inclusão, entretanto, grande parte além de desconhecer a legislação inclusiva, tem sua prática empobrecida devido à falta de capacitação para ofertar uma Educação Inclusiva.

Para ser possível uma Inclusão na Educação Infantil, faz-se necessário um ambiente inclusivo, acolhedor, que transmita confiança, e que não promova a segregação; as políticas educacionais e a legislação precisam estar claras para a comunidade escolar e local, visto da importância e da mudança que ocasiona em outros alunos que estão envolvidos nesse processo, desencadeando a cooperação e a tolerância, a assimilação de que as pessoas, as famílias e os espaços sociais são heterogêneos e que as diferenças proporcionam enriquecimento humano.

Para promover um ensino de qualidade necessita-se uma reformulação das políticas governamentais e a construção de um ensino de fato inclusivo, visto que

escola e sociedade devem se adequar às necessidades e às especificidades de seus alunos. Almeja-se, para isso, princípios norteadores como igualdade de direitos, liberdade de expressão, dignidade, educação desfrutados por todos.

A escola precisa se reorganizar nos seus mais variados aspectos, principalmente no que tange ao pedagógico, com reestruturação de currículos, quantidade de alunos, os conteúdos que são selecionados por livros didáticos, planejamento, avaliação, de maneira a envolver comunidade escolar e local para a tomada de decisões e alcançar o compromisso de educação de qualidade com práticas heterogêneas e inclusivas.

Espera-se que o que foi apresentado estimule novas pesquisas, pois é necessário estudos e reflexões que proporcionem novos conhecimentos para a área da Educação.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla B. **Uma Inclusão nada especial**. Apropriações da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede pública de educação fundamental do Estado de São Paulo. 2002. Dissertação Mestre em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: http://uab.unb.br/moodle/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=49643. Acesso em 10 dez. 2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **O significado da infância**. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1., Brasília, 1994. *Anais...* Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. p. 88-92.

BERGAMO, Regiane. **Pesquisa e Prática Profissional:** Educação Especial**.** Curitiba: IBPEX, 2009. 103p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1988.

BRASIL, Resolução CNE/CEB n.2, de 11 de Setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de Set. 2001, Seção 1E, p.39-40.

BRASIL. Plano Nacional de Educação: Lei n.10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 de jan. 2001 a.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. **Declaração de Salamanca e linha de ação**: sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998, 3 v.

BRASIL. Lei n° 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília, OIT; Fortaleza, UECE, 1996.

CAVALCANTE, Meire. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. **Nova escola**, São Paulo, Ano XX, n. 182, p. 24-26, maio 2005.

_____. A escola que é de todas as crianças. **Nova escola**, São Paulo, Ano XX, n. 182, p. 40-45, maio 2005.

_____. Caminhos da inclusão. **Nova escola**, São Paulo, Edição especial Inclusão, n. 11, p. 09-13, outubro 2006.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos: Conferência de Jomtien. 1990. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/jomtien.htm. Acesso em: 05 de jan. de 2011.

FERREIRA, J. R.; FERREIRA, M. C. C. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F.(Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 21-48.

FILHO, J. F. B. **Inclusão:** uma revolução na saúde. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LUDKE, M.; MARLI, E.D.; ANDRÉ, A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas, 2005.

MACHADO, Maria Lucia A. **Pré-escola é não é escola**: a busca de um caminho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 167p.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiências**: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnom, 1997.

_____. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDONÇA, Ida Regina Moro Milléo de. **Educação infantil**. Curso Normal. Curitiba: IESDE, 2003. 600p. (MÓDULO 4)

PACHECO, José. Série não rima com inclusão. **Pátio educação infantil**, Porto Alegre, Ano VI, n. 16, p. 06-09, mar/jun 2008.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PUESCHEL, Siegfried M. (Org.). **Síndrome de down**: guia para pais e educadores. 6 ed. Campinas: Papirus, 2002. 306p.

ROCHA, M.S.; MARQUESINI, M.C. A inclusão do aluno defdiciente mental no ensino regular: percepções do docente do ensino regular frente a esse processo. In:

CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 2002, Londrina: UEL, 2002. p. 345-349.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. As escolas inclusivas na opinião mundial. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 7-10, jan./fev. 1998.

_____. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão – Revista da Educação Especial**, Brasilia, v.1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

STEINBERG, S. Kindercultura: a construção da infancia pelas grandes corporações. In: SILVA, L.H. (org.). **Identidade social e construção do conhecimento**. Porto Alegre: SMED, 1997.

THOMPSON, R. A legislação educacional e a inclusão. **Jornal do professor on-line**, ano 8, n. 2, set.2004. Disponivel em: http://www.sinpro-rio.org.br/publicacoes/jornal/jp33/inclusao.html. Acesso em: 12 jan. 2011.

VEROTTI, D.T.; CALLEGARI, J. A inclusão que ensina. **Revista Nova escola**, São Paulo, Edição Especial, n.24, p.8-15, Jul.2009.

WERNECK, Claudia. **Sociedade inclusiva:** quem cabe no seu todos?**.** Rio de Janeiro: WVA, 1999. 240p.

_____. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

APÊNDICE

A - QUESTIONÁRIO

1° Qual sua formação acadêmica e em qual função atua?

2° Sua formação profissional lhe proporciona uma boa atuação junto às crianças com deficiência?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

3° Você conhece os direitos da criança com deficiência?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

4° Você conhece a legislação em vigor que trata da inclusão de crianças com deficiência, como cadeirantes, Síndrome de Dow, Autismo, entre outros na educação básica?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

5° As crianças com deficiência tem atendimento clínico em horário oposto da escola?

( ) Sim ( ) Não

6°A escola dispõe de espaços adequados que são voltados para a inclusão dessas crianças?

( ) Sim ( ) Não

7° A escola é receptiva em relação aos alunos com deficiência?

( ) Sempre ( ) Às vezes ( ) Nunca

8° Há uma parceria entre escola e família para um bom atendimento dessas crianças?

( ) Sempre ( ) Às vezes ( ) Nunca

9° A escola dispõe de suporte para o bom atendimento de crianças com deficiência, como materiais pedagógicos específicos, brinquedos, carteiras e cadeiras adaptados?

( ) Sempre ( ) Às vezes ( ) Nunca

ANEXO

A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UNB) e estou realizando um estudo sobre: Inclusão é possível na Educação Infantil?. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Consta da pesquisa um questionário, com intuito de avaliar as diferentes formas de pensar a respeito do assunto em questão. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (15) 88012633 ou no endereço eletrônico valcilei@bol.com.br

Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

_____

Orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Inclusiva pólo UAB – UnB – Itapetininga/SP

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____